



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
Rua Paul Harris, 101. B. Centro - CEP: 38200-116  
FONE: (034) 3423-5214

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR ESTUDO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ATERRO CONTROLADO E “ANTIGO LIXÃO” DO MUNICÍPIO DE FRUTAL E DISTRITO DE APARECIDA DE MINAS.**

#### **OBJETO**

Contratação de empresa com equipe técnica especializada para realizar o estudo do encerramento do aterro sanitário estrada do Bentinho Latitude 20° 3'0.74"S - Longitude: 48°56'38.17"O, aterro de resíduos da construção civil de Frutal (Antigo Lixão) LMG-733, Latitude 20°01'20.20"S – Longitude 48°56'38.17"O e o antigo lixão de Aparecida de Minas Estrada do Baeco Latitude 20°6'17.17"S-Longitude 49°13'55.09"O e apresentar através de relatório as medidas que precisam ser feitas e o levantamento de custos, acompanhado de laudo técnico, tendo em vista a recuperação total da área, a eliminação do passivo ambiental e a não existência de pendências ambientais, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pela execução do estudo e projeto.

#### **ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

##### **DESCRIÇÃO**

Empresa ou equipe técnica especializada para realizar o estudo do encerramento do aterro sanitário, aterro de resíduos da construção civil de Frutal e o antigo lixão de Aparecida de Minas, acompanhado de levantamento de custos, contendo a recuperação total da área, a eliminação do passivo ambiental e a não existência de pendências ambientais, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pela execução do estudo.

## JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa com equipe técnica especializada para realizar o estudo referente ao encerramento do aterro controlado, "antigo lixão" do município de Frutal e distrito de Aparecida de Minas se faz necessária, pois está imposto por TAC (termo de Ajustamento de Conduta) firmado em 17 de agosto de 2001 e executado nos autos nº. 0093484-44.2013.8.13.0271, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Frutal/MG.

A situação atual demanda, de forma urgente, a elaboração de um PRAD Projeto de Recuperação de área degradada, dado que os resíduos estão sendo depositados nas margens de uma erosão causada pela retirada de solo para recobrimento, criando um bolsão que resulta na infiltração do lixiviado no solo, com potencial de contaminação do lençol freático.

Todo trabalho precisa estar vinculado e seguindo as exigências do laudo pericial que foi realizado pelo Ministério Público.

## ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

| Item | Descrição  | Und | Qtde. | Total     |
|------|--|-----|-------|-----------|
| 1    | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM EQUIPE ESPECIALIZADA PARA REALIZAR ESTUDO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ATERRO CONTROLADO E "ANTIGO LIXÃO" DO MUNICÍPIO DE FRUTAL E DISTRITO DE APARECIDA DE MINAS. | SV  | 1     | 38.433,33 |




## DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

Sempre que julgar necessário o Setor/Departamento/Secretaria solicitará, durante a vigência do objeto, a contratação dos serviços na quantidade necessária, mediante ao envio da Ordem de Serviço.

A Contratada deverá realizar os serviços descritos no objeto, em local a ser definido conforme discriminado na solicitação a ser emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para atender suas necessidades específicas.

Os serviços serão requisitados conforme demanda e disponibilidade financeira, podendo ser requisitado a partir de 01 (um) serviço.

O prazo previsto para a conclusão do serviço e entrega do relatório deverá ser de até **30 (trinta)** dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço via e-mail oriundo do Setor de Formalização de Compras – Departamento de Compras.



Os serviços requisitados deverão ser realizados e entregues acompanhados do relatório de estudo e levantamento prévio, da documentação fiscal (Nota Fiscal), licenças, outorgas e RT, juntamente com Ordem de Serviço, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, aos cuidados dos responsáveis pela Fiscalização deste Processo.

Os serviços serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos do Art 140 da Lei Federal 14.133/2021.

O ato de recebimento dos relatórios, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os serviços fornecidos serão submetidos à verificação. Cabendo a Contratada a retificação ou alteração os itens que eventualmente vierem a ser recusados, no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, contados da solicitação para reconstituição.

A Contratada deverá comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à requisitante até 03 (três) dias úteis antes do prazo previsto para a entrega.

## **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **DA CONTRATANTE:**

Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta, para assinatura do contrato;

Emitir Ordem de Serviço, durante a vigência da contratação, para efetivar a formalização de autorização para o início dos Serviços por intermédio do Departamento de Compras;

Publicar, se for o caso o extrato da Ata de Registro de Preços;

Acompanhar e fiscalizar a execução da Contratação, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, atestar as Notas Fiscais e efetuar o pagamento;

Realizar, se necessário, o pagamento das taxas e impostos (DAE) específicos do Objeto referentes a eventuais liberações de alvarás e outorgas emitidos pelos órgãos fiscalizadores;

Prestar todas as informações necessárias, com clareza, para a execução da Contratação;

Comunicar, imediatamente, as irregularidades verificadas na execução da Contratação;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e recusar-se a receber os serviços licitados, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela Contratada, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.

## DA CONTRATADA:

Encontrar-se apta, administrativamente e logisticamente, para recebimento das Ordens de Serviço em até 03 (três) dias úteis a contar da assinatura do instrumento de contrato.

Iniciar a prestação dos serviços no prazo de até **05 (cinco)** dias úteis, contado do recebimento da Ordem de Serviço oriunda do Setor de Formalização de Compras – Departamento de Compras;

Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da contratação no limite do quantitativo registrado, e em conformidade com as especificações, prazos de garantia e preço indicado na proposta;

Encaminhar à contratante, mediante solicitação, os relatórios parciais dos serviços já executados para requerer o pagamento conforme medições parciais.

Garantir equipe de pessoal, equipamentos, bem como capacidade técnica, logística e administrativa para prestação dos serviços de acordo com a demanda;

Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e trabalhistas, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidirem direta ou indiretamente, e demais ônus referentes à execução, durante a vigência da Contratação. Exceto as taxas referentes a tributos específicos do Objeto (DAE), devendo acionar e orientar a contratante no que for necessário para efetuação destes pagamentos;

Pleitear, junto aos órgãos competentes, a isenção das taxas referentes a tributos específicos do Objeto (DAE);

Providenciar a imediata substituição das deficiências apontadas pela fiscalização na execução da Contratação;

Substituir, às suas expensas, no prazo de **10 (dez)** dias úteis, no total, ou em parte, os serviços que vierem a ser recusados, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções Art. 119, Lei Federal 14.133/2021;



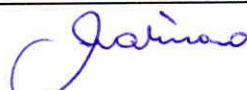
Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações desta Contratação sem prévia e expressa anuência da Contratante;

Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados, quando caracterizada a má fé, o dolo, a negligência, imprudência ou a imperícia profissional, durante a entrega dos serviços;

Manter, durante toda a execução da Contratação, as condições da habilitação.

## DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão deste processo ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a fiscalização se dará pelo servidor a seguir mencionado. Em caso de exoneração ou realocação do servidor, a fiscalização passará ao Gestor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente até que



outro servidor esteja no exercício das funções, apanhando para si as funções honoríficas.

**Nome: Vitor Borges Carneiro de Oliveira**

**Matrícula: 793401**

**Cabe aos responsáveis pela Gestão e Fiscalização deste Processo:**

Examinar todos os serviços recebidos, bem como Projetos de Execução, ARTs e Outorgas, e decidir sobre a aceitação ou rejeição;

Exigir o cumprimento de todos os itens da especificação do objeto e da proposta da licitante, bem como acompanhar a contratada nas visitas *in loco*; e receber e atestar as notas fiscais.

**FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Sugere-se que o critério de julgamento adotado seja o menor preço, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos: HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- II. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- III. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- IV. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- V. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VI. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente,



no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;


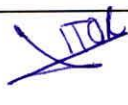
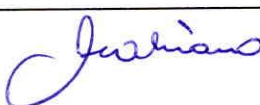
VII. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, o pregoeiro poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

#### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:
  - a) *Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;*
  - b) *Independentemente da sede ou domicílio do licitante, certidão emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEFAZ) ou pela Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais (PGE) que comprove a regularidade do licitante referente a todos os créditos tributários estaduais e à Dívida Ativa do Estado por elas administrados;*
- IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



VI. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de cinco (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

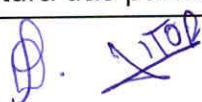
I. Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

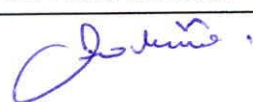
II. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A licitante deverá apresentar:

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/ Conselho de Arquitetura e Urbanista – CAU, atualizado, da Empresa e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s).
- c) Comprovação de capacidade técnico-profissional da empresa licitante, mediante a demonstração de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior em Engenharia Ambiental, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), que comprove a execução ou participação em serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste Edital.
- d) A comprovação quanto à capacidade técnico-profissional da licitante far-se-á mediante a comprovação de vínculo profissional em contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.
- e) O contrato de trabalho deverá conter a assinatura das partes com firma reconhecida.

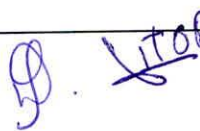
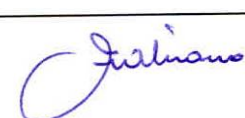




- f) Os atestados de capacidade técnica-profissional e de capacidade técnica-operacional deverão ser impressos em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo e ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;
- g) A comprovação da capacidade técnica poderá ser feita pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser o licitante.
- h) Comprovação de capacidade técnica-operacional da empresa-licitante, de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazo com as constantes do objeto deste Edital, através de certidão (ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico) em que conste o nome da empresa, devidamente registrada no órgão competente, no(s) qual(s) se comprove a execução, no mínimo, dos seguintes serviços: elaboração de plano diretor.
- i) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração assinada por seu responsável técnico atestando que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- j) O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (34) 3423-2800 ou pelo e-mail: meioambiente@frutal.mg.gov.br das 11h às 17h, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- k) Se o licitante optar por realizar a visita técnica, o departamento do Meio Ambiente lhe fornecerá ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, dispensando-o da apresentação da declaração exigida na cláusula 7.18 deste edital.
- l). Cada técnico somente poderá representar uma empresa na visita técnica e deverá estar devidamente credenciado por ela, através de documento original, com firma reconhecida do representante legal da empresa, que deverá ser entregue no ato da visita ao Departamento de Licitação.

## **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela Contratante, em até 30 (trinta) dias após a aceitação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor designado pela contratante e analisada pelo setor de Contabilidade;



Eventuais erros nos valores constantes da Nota Fiscal/Fatura/Recibo, serão comunicados à contratada, ficando o pagamento susinado, até a correção do erro;

O pagamento fica condicionado que a Contratada atenda todas as condições de habilitação no que diz respeito à regularidade Fiscal.

A critério da fiscalização e Secretaria de Finanças, poderão ser efetuados pagamentos parciais conforme as medições realizadas referentes aos Serviços já executados.

### **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

02.03.18.122.0021.2101 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

ELEMENTO DESPESA 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

### **DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para realização da disputa, ao Setor de Licitação, nos moldes previstos no Edital;

O Licitante deve ter ciência do DECRETO Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024, que regulamenta o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas aos fornecedores, nos termos da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal direta, das autarquias, das fundações e dos fundos especiais do município de Frutal, e suas alterações posteriores.

Frutal, MG, 24 de Abril de 2026.

#### **REDAÇÃO**



Denise de Souza e Silva Oliveira

Matrícula: 786801

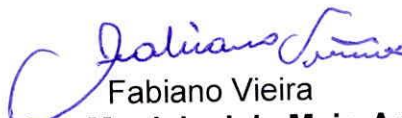
#### **FISCALIZAÇÃO**



Vitor Borges Carneiro de Oliveira

Matrícula: 793401

#### **GESTÃO DO PROCESSO**



Fabiano Vieira

**Secretário Municipal de Meio Ambiente**